

INFLUÊNCIAS DE POLÍTICAS PARTIDÁRIA NA GESTÃO ESCOLAR NA GUINÉ-BISSAU

Influences of party politics on school management in Guinea Bissau

Tcherno Sado Canté¹

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Acarape, CE, Brasil

Resumo

Este estudo tem como foco, refletir sobre influências de políticas partidárias na indicação ou nomeação de diretores/gestores escolares nas escolas públicas da Guiné-Bissau a partir de ano 2000. A gestão da educação é uma área importante e indispensável para obtenção de bons resultados do ensino, ela é a base que sustenta a organização e o desenvolvimento do tudo que acontece na escola desde estrutura até nas práticas educativas. Na Guiné-Bissau, ela tem sido sucessivamente desmontada e remontada, situação causada pelas instabilidades política e governativa que assolou o país ao longo dos anos, o que não ajuda na organização e no desenvolvimento do ensino. Metodologicamente optou-se por uma estratégia quantitativa de consultas bibliográfica e fontes de notícias publicadas nos meios de comunicação nacional e internacional sobre acontecimentos que o último desmonte de gestores causou nas cidades a nível nacional; e dialogar com autores/as que desenvolveram estudos sobre educação na Guiné-Bissau, como: Cá (2000), Candé, (2013), Furtado (2005), entre outros.

Palavras-chave: Gestores escolar. Nomeação. Política partidária.

Abstract

The focus of this study is to reflect on the influence of party politics on the nomination or appointment of school principals/managers in public schools in Guinea-Bissau from 2000 onwards. Education management is an important and indispensable area for achieving good teaching results. It is the foundation that supports the organization and development of everything that happens in the school, from structure to educational practices. In Guinea-Bissau, it has been successively dismantled and reassembled, a situation caused by the political and governmental instability that has plagued the country over the years, which does not help the organization and development of education. Methodologically, we opted for a quantitative strategy of bibliographical consultations and news sources published in the national and international media on events caused by the latest dismantling of managers in cities at national level; and dialog with authors who have developed studies on education in Guinea-Bissau, such as: Cá (2000), Candé, (2013), Furtado (2005), among others.

Keywords: School managers. Appointment. Party politics.

¹Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira CE Brasil (UNILAB). Curso médio de professores pela Escola Normal Amílcar Cabral Bolama, Guiné-Bissau 2012. Bacharel interdisciplinar em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), Redenção CE, Brasil 2022. Discente em curso da Licenciatura Plena em Pedagogia da UNILAB Redenção CE 2024. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/000000000000000>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-2215-4946>
E-mail: tchernosadocante@gmail.com

1. Introdução

Guiné-Bissau, país com muita diversidade étnica, mais de vinte grupos étnicos de línguas diferentes e cada grupo com sua própria língua e cultura diferente dos demais “considerada um mosaico étnico e cultural devido à sua rica e diversificada composição étnica, [...] situado na Costa Ocidental do continente africano, limitado ao norte pelo Senegal e ao sul pela Guiné-Conacri, com superfície total de 36.125km” (Candé, 2013, p.90).

Colonizado pelo Portugal, Guiné-Bissau lutou contra o regime portuguesa durante onze anos para conquistar sua independência. Em 24 de setembro de 1973, a “Assembleia Nacional Popular (ANP) proclamou unilateralmente, em Madina de Boé, no Sul do país, a independência da Guiné-Bissau; um ano antes do Acordo de Argel celebrado com Portugal em 26 de agosto de 1974” (Cá, 2000, p. 3). A partir da celebração deste acordo, a Guiné se tornou um país livre reconhecido internacionalmente como Estado de pleno direito.

Tem português como língua oficial, crioulo é a língua nacional, falada quase em todo território nacional. Balanta, Fula, Manjaco, Mandinga, Papéis, Mancanhas, Biafadas, Bijagós, Felupes, Nalos, Saraculés, Sossos, Djacancas entre outras, são línguas mais faladas. Organizado administrativamente em três províncias: (Norte, Sul e Leste), oito Regiões administrativas: Biombo, Oio e Cacheu na província Norte; Gabú e Bafatá na província Leste; Quinara, Tombali e Bolama Bijagós na Sul e o Setor Autônomo de Bissau (SAB) a capital do país.

A temática gestão escolar entre influências políticas partidária na Guiné-Bissau é motivo de muitos estudos. O que ela vem sendo nas últimas duas décadas, sérvio como indagação por vários estudiosos, motivo de críticas e manifestação de classe docente, estudantil e não só. Manifestações de revoltas contra recentes mudanças de diretores escolares são feitas pelos estudantes em algumas regiões do país e algumas escolas da cidade Bissau e a repressão de forças de segurança contra estes testemunha as discórdias referentes a sucessivas trocas de gestores em quase todas as escolas públicas do país.

O estudo destinado a refletir e compreender motivos pela qual a gestão das escolas públicas sofre fortes influências políticas partidárias, o estudo vai ser delimitado a partir de ano 2000, depois do conflito político militar na Guiné-Bissau.

A história de Gestão escolar na Guiné vem da época colonial, sua problemática Segundo (Furtado, 2005, p. 334), a situação pós-colonial da Guiné-Bissau, “exigia mais uma transformação profunda do sistema com eventual recuperação e adaptação de algo aproveitável do velho sistema e a criação de espaços para o aprimoramento das experiências das Zonas Libertadas”. Porém, apesar deste fato, é percebido que se precisava de quadros para tornar este programa em uma realidade e faltava políticas educativas para adequar tal fato já que boa parte dela era a adequação do velho sistema do colonizador para a nova realidade.

Tendo este histórico, percebe-se que esta situação de gestão vem tendo tendências de ser cooptada pelos partidos políticos cujo militantes nomeados para exercer função de ministro da educação nas últimas duas décadas. Como a problemática do estudo é o que as nomeações dos gestores por militância partidário pode influenciar para a conquista de educação de qualidade na Guiné-Bissau?

Embora as sociedades democráticas sofram fortes influências partidária nas suas organizações administrativas e nos trabalhos, sendo gestão escolar área fundamental para a organização escolar e sucesso do ensino. É certo indicar ou nomear diretores ou gestores escolar sem importar de qualidade de formação ou seu desempenho e sim da militância do partido?

No entanto, o objetivo geral deste estudo é refletir sobre consequências que nomeação de gestores a partir de indicação de partido tem nas escolas públicas da Guiné-Bissau, e objetivos específicos são: analisar como este fato influencia na melhoria das escolas e no desenvolvimento de ensino; compreender a importância que tem a gestão da educação das escolas públicas guineense desafios e conquistas para a sua melhoria.

A organização escolar e o desempenho dos estudantes para a boa qualidade de ensino dependem muito da gestão. Nisso, nunca é tão relevante quanto esta, buscar a melhoria na qualidade de ensino que por parte, depende muito da gestão. Por isso se forma, e por isso se trabalha para cada dia melhorar as nossas condições humanas. Este estudo busca, no entanto, trazer esta situação em reflexão no sentido de melhoria da educação.

Além disso, a reflexão que se pode fazer em paralelo a esta realidade, são nomeação de delegados regional e setorial da educação, aliás, cargos que devem ser concursados. Como se sabe, raras vezes feita na educação. Amais foi concursado para gestão das escolas, o que de certo modo, pode influenciar mau funcionamento das instituições escolar.

O estudo é organizado de introdução, metodologia, resultado de discussão, palavras concludentes e referencias bibliográfica. Na introdução trouxe a contextualização da Guiné-Bissau, elementos temáticos, delimitação, problemática do estudo, objetivos e referencias.

Abordamos sobre o histórico da gestão de educação na Guiné-Bissau, mudanças e influências, a realidade atual sobre indicação ou nomeação de gestares escolar na Guiné-Bissau, influências de partidos, condicionamentos e consequência ou benefícios do mesmo para a melhoria da educação. Por fim, palavras concludentes, onde vai se analisar tudo o que foi estudado ao longo do artigo.

2. Metodologia

O processo metodológico na elaboração desta investigação, de acordo com o Silva na sua tese mostra que, "a pesquisa é uma atividade humana, cujo propósito é descobrir respostas para as indagações ou questões significativas que são propostas" (Silva, 2015, p. 47). A pesquisa então pode ser considerada uma como curiosidade intelectual, desejo de ampliar o conhecimento científico, tentativa de resolver uma questão de ordem prática, ganho financeiro ou construção de saber (Silva, 2015).

A pesquisa nesse caso consiste em uma intervenção teórica científica e prática que começa muito antes da sua execução, para identificar um ou mais determinado problema e procurar meios e soluções para sua eventual resolução. Para afirmar esta tese, Carvalho (2011, p. 68-69) sustenta no seu trabalho que

[...] pesquisa bibliográfica é obrigatória em qualquer pesquisa científica, possibilitando ao pesquisador abranger uma gama de fenômenos muito maior, permitindo um aprofundamento a partir do conhecimento de pesquisas já realizadas.

Posto isto, aqui procurou-se entender a situação de gestão escolar, os condicionamentos que liga a gestão das escolas públicas a políticas partidárias a partir dos autores que realizaram estudos sobre educação na Guiné-Bissau, notícias de

manifestações de revoltas estudantil contra mudanças de diretores de certas escolas e repercussão que este fato tem na sociedade guineense.

No entanto, o estudo é de abordagem quantitativa, na perspectiva de Severino (2017 p. 74) “[...] é preferível falar-se de abordagem quantitativa, pois, com esta designação, cabe referir-se a de metodologias, envolvendo, eventualmente, diversas referências epistemológicas”. Geralmente nesse caso, os colaboradores do estudo são o público em geral, explorando notícias dos rádios e jornais, assim como intervenção das autoridades de justiça referente as manifestações que aconteceram e repercussão que teve na sociedade guineense, no âmbito político e educacional.

3. Resultados e Discussões

Nesta discussão, vamos organizar o estudo em três subseções. O histórico da gestão escolar em Guiné-Bissau, a influência de política partidária na gestão escolar e perdas ou benefícios desta influência. No histórico da gestão escolar, vamos trazer a história da gestão escolar a partir da implementação da escolar como instituição da educação, refletir sobre influência dos partidos políticos na nomeação de gestores escolar, por fim, analisar quais os benefícios ou prejuízos que esta realidade pode levar para a educação pública guineense.

É muito importante lembrar que esta história começou a partir da colonização e introdução do ensino formal conhecido como escola, na sociedade guineense historicamente conhecido como povo de tradição oral, como todo povo nativo da África Subsaariana. No entanto, a introdução da educação escolar consigo, a gestão escolar, foi por intermédio dos colonizadores.

Assim, o “ano 1940 marca o início de uma educação entregue às Missões Católicas, baseada em duas classes distintas (civilizados e indígenas), fundadas no regime do Indigenato”, (Furtado, 2005 p. 29). A gestão da educação nesse caso era de base religiosa. Porém, antes da educação for entregue a Missão Católica, estava sob autoridade colonial portuguesa, embora com acesso restrito.

3.1 História da gestão escolar

Nos primeiros anos da introdução da educação, que depois foi entregue a Igreja Católica. De acordo com Furtado,

[...] gestão da educação dos colonizadores no primeiro momento, antes de ser legados a missão católica, era uma orientação que contrastava com a que era desenvolvida paralelamente nas escolas da administração colonial cuja função era afastar as crianças dos seus meios e da sua identidade e inculcar nelas a realidade de uma sociedade virtual, (Furtado, 2005, p. 323).

Este modelo de educação de certo modo pode ser visto como uma forma de não só explorar o povo colonizado, mas, colonizá-los epistemologicamente e culturalmente ocidentalizá-los, introduzindo assim a cultura ocidental como civilização a moda ocidental, inclusive torná-los um meio de intermediários entre colonizadores e colonizados, uma vez que a mediação dos nativos facilita na tradução e compreensão das línguas nativa.

Nessa fase da colonização “a fiscalização do ensino era garantida pelo Secretário do Governo, na sua qualidade de Inspector de Instrução da colónia e, por sua delegação, pelos administradores de concelho e das circunscrições civis”, (Furtado, 2005, p. 151).

Em paralelo a educação colonial, O Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo verde (PAIGC), ao decorrer da luta pela libertação nacional, desenvolvia escola nas zonas libertadas, nome dado a zonas dominadas pelo partido, zona esta que vem crescendo cada vez mais. De acordo com Ocuni Cá (2000, p. 10) “nas zonas libertadas do país, uma escola nova florescia, onde as primeiras lições eram aprender a reconhecer o barulho dos aviões e fugir a tempo dos bombardeios mortíferos do inimigo”. Essa educação foi assegurada pelas pessoas mais velhas das comunidades que já viviam experiências da luta armada. O modelo da escola implementada pelo partido focava mais no ensino e na produção, aprendia muito sobre produção agrícola.

A gestão da educação na zona libertada estava sob responsabilidade de chefes militar. De acordo com Cá (2000, p. 10), “nas zonas libertadas do país, uma escola nova florescia, onde as primeiras lições eram aprender a reconhecer o barulho dos aviões e fugir a tempo dos bombardeios mortíferos do inimigo”. Educação assegurada pelas pessoas mais velhas que já viviam experiências da luta armada.

A nova escola de certo modo “era baseada na produção, sobretudo nos internatos organizados pelo Partido, o estudo estava ligado a ciências e trabalho produtivo e os alunos participavam na gestão da escola e de sua preservação material”, (Cá, 2000, p. 13). No entanto, apesar de gestores superior da educação estava sob controle de chefias militar, os estudantes faziam parte da gestão e de organização do ensino. Esta realidade só foi possível depois da independência, durante este período melhores estudantes de escolas da zona libertada eram levados para Internatos e Escolas Piloto.

Depois da independência,

[...] tanto os Comissários como os Delegados Regionais de Educação eram, na sua maioria, pessoas sem formação e experiência administrativas e sem os conhecimentos específicos requeridos para lidar com a complexidade da situação herdada (Furtado”, 2005, p. 410).

A falta de formação das autoridades na época, tanto para delegados regionais da educação quanto para comissários regionais, de algum modo contribuiu no fraco desenvolvimento do ensino e o país.

Nesta fase, apesar de falta de formação para estrutura idônea da educação, o partido através de seus comissários junto com delegados regionais da educação eram autoridades máximas da educação.

A falta de pessoal qualificada na área de gestão obrigou, a “continuar a ser prática o recrutamento dos administradores da educação no seio dos docentes, muitos dos quais chegam a ocupar lugares-chave sem informação, experiência ou mesmo preparação para tal” (Furtado, 2005 p. 127). Nota-se que aos poucos vai afastando os militares nos cargos de gestão das escolas. Entretanto, até poucos anos atras, os chefias militares ativas eram nomeados nos cargos de políticas governativa do país, situação que agravou com o conflito político militar onde os militares outra vez tornaram destaque na sociedade guineense.

Estas condições foram realmente transformadas com golpe de Estado de Movimento Reajustador de 14 de novembro de 1980 liderado por João Bernardo Vieira que veio a ser Presidente da República de Guiné-Bissau até o conflito político militar de 1998. Este Golpe também motivou a separação dos dois Estados que se uniram pela mesma causa durante a luta pela libertação nacional, Guiné-Bissau e Cabo Verde.

A gestão de educação mais uma vez se deparou com mudanças profundas. A alteração de ordem política também influencia na alteração da gestão da educação. Ainda Morgado (2019) sustenta que, vários fatores externos e internos (econômicos, tecnológicos, culturais, políticos e sociais) exigem uma liderança em conformidade e que tenha em consideração as teorias administrativas implícitas à gestão e ao meio circundante.

Contudo, nesse período faltou as legislações que regulamenta o funcionamento da educação. Posto isto, “com a ausência de uma legislação específica que defina os órgãos da administração e gestão das escolas e que regule o seu funcionamento” (Furtado, 2005, p. 644). Mesmo assim,

[...] o diretor desempenhou um papel central sob a alçada do governo, cabendo-lhe a implementação das políticas e orientações decididas ao nível governamental, não havendo lugar a intervenção por parte dos diferentes agentes educativos (Morgado, 2020, p. 44).

De 1980 a 1990, este período de governação a educação viveu dias mais alto da sua história de educação com falta de recurso humanos, recursos técnicos e materiais didáticos. Afirmou ainda (Moreira, 2006) que, o ensino básico padecia de um mal, a saber, o baixo nível de qualificação de muitos docentes e a insuficiência dos equipamentos e materiais didáticos, dois dos fatores que condicionam a qualidade de ensino. Assim como também nos mostra que no levantamento feito sobre a qualificação dos professores, constatou-se que, pelo menos, 40% dos docentes efetivos não possuíam o nível do Ensino Secundário.

Neste período aconteceram grandes desafios na gestão escolar, ainda com regime de partido único os deputados eram nomeados assim como gestores escolar pelo partido. A partir de delegados regionais da educação até diretores de escolas são nomeados/as pelo partido, contudo nessa época, pelo menos completava quatro anos para movimentação de diretores e delegados regionais da educação, o que de certo modo diminuía sucessivas mudanças nas autoridades gestoras das escolas apesar de falta de formação de muitos deles/as.

Em 1990 a Guiné-Bissau aderiu o sistema democrático multipartidário. Com adesão à democracia que possibilitou a mudança do sistema Socialista Soviética para sistema Democrática Capitalista Ocidental em 1991, sob pressão dos países desenvolvidos do Ocidente, condicionou a realização de primeiras eleições livres e multipartidárias. De acordo com Domingos Moreira (2006 p. 20), “as eleições de 1994

permitiram a criação de instituições democráticas, sendo a Assembleia Nacional Popular (ANP) um exemplo”. Sistema que está até hoje vigente no país.

A adesão à democracia e liberdade econômica também abriu possibilidade de criação de escolas privadas. “Graças ao surgimento de escolas privadas na mesma década de 90, tem havido algum progresso na escolarização ao nível do ensino básico e secundário” (Bedeta, 2013, p.40).

A gestão da educação conheceu novamente outro rumo. As sucessivas mudanças no corpo de gestão da educação na primeira década de política partidária, a situação não era gritante como atualmente, embora as indicações feitas por partido, não acontecia com frequência as mudanças. O conflito político militar parece ter agravado mais esta situação. Depois de conflito de 1998, a tendência mudou.

Depois do conflito político-militar de 1998, e as eleições gerais de 2000, onde Partido da Renovação Social (PRS) saiu como vencedor das legislativas, e Dr. Kumba Yala eleito presidente da República, dois anos depois afastado por golpe militar, o cenário político dominou a educação pública profundamente. Para Bedeta, (2013, p.51) “[...] nota-se uma gestão da educação politizada, o que contribui para as desigualdades de oportunidades de acesso ao ensino, e coloca entraves ao desenvolvimento do país”. Neste âmbito, nota-se que

[...] as escolas comunitárias têm a tendência para expansão, através da uma boa gestão local, criando as próprias estruturas de escolas, sendo os professores escolhidos e outros funcionários pagos pelas próprias comunidades (Bedeta, 2013, p.77).

Além disso, de ano 2000 para cá, a gestão de educação sumiu outro perfil, a politização dos cargos públicos essenciais sofreu profundas influências políticas partidária, sendo a gestão escolar uma das maiores ofertas de emprego sob ponto de vista da militância de partidos.

Com isso, pode-se também verificar a “[...] insuficiência de financiamentos destinados ao ensino em geral, o que não permite melhorar e desenvolver o próprio setor de educação nem assegurar a qualidade de ensino desejado” (Bedeta, 2013, p.101). A percentagem do orçamento geral de Estado destinados para educação, é pouca para as demandas que a educação tem, sem falar de outras dificuldades no setor da educação pública.

3.2 Influência de política partidária na gestão escolar

A Guiné-Bissau é um país democrática desde 1991. A democracia definida pelos estudiosos como trouxe no seu artigo, (Wood, 2007, p. 420) começando com ideia de *Aristóteles*: democracia é uma constituição na qual “os nascidos livres e pobres controlam o governo –sendo ao mesmo tempo uma maioria”. De acordo com ela, “o ponto central desta definição de democracia é limitar o poder arbitrário do Estado a fim de proteger o indivíduo e a sociedade civil das intervenções indevidas de este” (Wood, 2017, p.419).

A outra definição que faz sentido nesta logica é a de (Chaui, 2012, p. 149), “a democracia é, assim, reduzida a um regime político eficaz, baseado na ideia de cidadania organizada em partidos políticos, e se manifesta no processo eleitoral de escolha dos representantes”. Por isso, ainda ela possibilita a rotatividade dos governantes e nas soluções técnicas para os problemas econômicos e sociais.

Depois do conflito político militar de 1998 na Guiné, cresceu muito números de partidos no país. País com menos de 2 milhão de indivíduos com mais de quarenta partidos e três décadas da democracia. Chaga a ser vinte partidos na concorrência para governo e mais de quinze candidatos para Presidência da República, somado a sucessivos instabilidades governativas.

Desde adesão a democracia em 1990, nenhum partido eleito conseguiu concluir seu mandato de quatro anos como define o sistema. Apenas um presidente eleito conseguiu terminar o seu mandato de cinco anos em 2020. As subversões de poder são decorrentes, ora pelo golpe de Estado, ora pelo desentendimento dos políticos. Sempre que acontece quedas de governo por intermédio de desentendimento político ou golpe de Estado, trocam todos os gestores escolares a nível nacional. Os delegados regionais e diretores/as escolares são substituídas.

De acordo com Uangna (2023, p. 71) “cada novo governo ou novo ministro, uma nova equipe é proposta”. Entretanto, “as nomeações saem das sedes dos partidos políticos. Muitas vezes as pessoas nomeadas não sabem nada para serem diretores nas escolas”, (Morgado, 2020, p. 103). Pode se perceber a partir desta, a profunda influência ou dominação da educação pelos partidos. Tudo isso acontece porque o Estado guineense sempre teve uma ligação com partidos, desde a sua formação”. Essa dependência é um fato histórico que nasceu com o partido desde

início de sua organização social nas zonas libertadas onde teve primeiras experiências na gestão social e escolar.

Nisso, o Morgado na sua tese de mestrado afirma que o Ministério da Educação Nacional se tornou refém dos partidos políticos. Toda a lista da sua estrutura, desde diretores gerais, diretores regionais, até os diretores das escolas, são nomeados pela designação dos partidos (Morgado, 2020). Até colocação de professores recém-formados nas cidades se decorre por intermédio de partidos, isso para refletir o quanto partidos políticos dominam o ministério. Ideia reforçada por Furtado (2005), afirmando que a política nacional tem uma profunda reflexão na política administrativa e de gestão das escolas na Guiné-Bissau.

Recentemente, no início de corrente ano, depois da queda do governo de Partido Africano por Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), vindas de últimas eleições legislativas, deposto pelo Presidente da República, depois de grupo de pessoas fardados e armados Da Guarda Nacional invadirem a Polícia Judiciaria em Bissau e levaram o então Ministro preso, sendo investigado pelo desvio de fundos.

No entanto, as nomeações de gestores nacionais da educação depois de formação do novo governo, nas reuniões do conselho de ministros através de despachos. O caso mais recente provocou diversas manifestações nas diferentes regiões do país, provocando rupturas entre parceiros envolvidos na educação das escolas públicas, onde se lê no despacho Nº 006/GM/MENESIC/2024 de 18 de janeiro de 2024. Conforme mostra o anexo I

Anexo I: Despacho Nº 006/GM/MENESIC/2024 de 18 de janeiro de 2024.



Fonte: Ministério da Educação Nacional, Ensino Superior e Investigação científica, despacho nº06, 2024.

Em decorrência a estas nomeações e conseqüentemente as exonerações de diretores escolares quase a nível nacional, em algumas escolas aconteceram contestação dos estudantes, noutras, manifestações e protestos contra a nomeação ou exoneração.

Assim, no dia 24 de fevereiro, a manifestação dos coletivos dos professores e estudantes do *Liceu Técnico, Amizade Turquia Guiné-Bissau*, contra nomeação do diretor (Bantaba, Radio tv, 2024), manifestação dos coletivos dos professores da Escola Técnica, Liceu Técnico, Amizade Turquia Guiné-Bissau,: o coletivo vem a imprensa manifestar e informar a opinião pública sua contestação com diretor que afirma que foi nomeado pelo partido e é à partido que ele vai responder. O coletivo pediu a substituição dele na escola.

Na BANTABA, Rádio tv, alunos da EBU 1º de Maio acusam a nova diretora de má gestão de fundo da escola. (Youtube, 2024). Na fala da aluna representante do coletivo, a diretora indicada pelo partido e faz má gestão da escola e dos recursos financeiro da mesma e pedem a antiga diretora de volta.

O caso da manifestação de estudantes de Liceu Quemo Mané de Mansoa foi mais violento. O confronto entre forças de segurança com estudantes marcou o evento. Houve muitos feridos nesta manifestação que contestava a nomeação de novo diretor que aconteceu no conselho dos ministros do despacho acima fixado.

O coletivo estudantil em protesto estava contra nomeação do diretor, pediram sua exoneração e continuidade do diretor exonerado, alegando que o diretor recém nomeado já passou na escola com mesma função, mas não fez o que a comunidade queria e apoiaram o diretor deposto, manifestando que queriam sua continuidade devido bom trabalho que desempenha na escola (Voz de povo, Rádio Online. Facebook, 2024).

Os estudantes bloquearam o diretor recém-nomeado, alguns professores, alguns representantes de pais e profissionais que na altura encontravam na escola, quebraram e incendiaram rodas e algum materiais da escola quebrada. É bom lembrar que houve forte confrontos com forças de segurança.

Se prestamos atenção, em todas estas manifestações contra nomeação de gestores ou exoneração, são mencionados partidos políticos como nomeadores de diretores/as, esta realidade é muito decorrente no ministério da educação e não só,

em maioria dos departamentos são nomeados diretores na base da militância, o que condiciona sucessivas trocas, pois, as instabilidades políticas também mexem com quase toda estrutura da educação nacional, assim como no setor de saúde e outros setores público.

3.3 Perdas ou benefícios

É sabido que o aparelho governativo é formado pelas escolhas políticas, desde ministros, secretários de Estados, Diretores gerais e diretores de serviços e muito mais. Porém, a sensibilidade da educação e da saúde, merecem responsáveis qualificados para tal. Aqui sugiro, em vez de indicação ou nomeação, seria muito importante lançar concursos para gestão escolar e gestão hospitalar, para garantir qualidade de serviços, sanar conflitos que podem acontecer e possibilitar implementação de projetos de desenvolvimento das instituições e de seus serviços.

As indicações partidárias dos gestores têm sido fator de desorganização de muitas instituições educacionais, pois na primeira notícia, o coletivo informou que o diretor ameaçou muitos colegas com morte e afirmou que foi colocado na escola pelo partido, então só o partido pode lhe tirar do cargo.

Na segunda e na terceira, também aconteceram a mesma situação, diretores indicados pelo partido que o coletivo de estudantes não concordam. Ainda na terceira, houve confrontos entre forças de segurança mandados para dismantelar a manifestação e os estudantes resistiram, provocando confrontos que motivou incidentes de ferimento de alguns estudantes e alguns membros da força de segurança.

O que indica que as influências de partidos políticos na nomeação de gestores das escolas são muito grandes. Pode-se dizer que é um dos fatores que pode condicionar o enfraquecimento do ensino.

Outra situação que poderia ser entendido como forma de ajudar o desenvolvimento das escolas, é fazer levantamento junto da comunidade sobre mudança ou não dos diretores das suas escolas. Se a comunidade quer continuar com um diretor, mesmo sendo indicados pelo outro partido, pois acredito que é inteligente mantê-lo e mudar os que a comunidade concordar em trocar.

A má notícia desta situação é que não importa o desempenho de qualquer diretor/a, se não for militante de partido cujo ministro da educação é dos seus militantes chefes, vai ter que ser exonerado/a, independentemente do seu projeto que até pode incluir obras de construção para ampliação da escola.

A boa parte é, apesar de ser pouca coisa, mas é de reconhecer aqueles/as diretores/as mesmo nomeados por indicação de partido, tem vontade de fazer e fazem algo importante para o desenvolvimento do ensino. Muitas obras de construção paradas em algumas escolas devidas mudança repentina de diretor e o/a diretor/a nomeado não dá continuidade do projeto da antiga direção.

No entanto, pode se dizer que de um lado a influência de partidos políticos na gestão de educação tornou uma realidade de modo que cada desestabilidade governativa que envolve queda do governo, toda a estrutura de gestão das escolas é alterada. É um fenómeno que vem crescendo cada vez mais. A corrida de classe docente para benefícios de cargos da gestão tornou uma disputa.

Todavia declarada que o ensino é gratuito, a gratuidade termina no sexto ano do ensino fundamental. A partir de sétimo ano as inscrições e as propinas são pagas e tendencia é incluir quinto e sexto ano. O montante é destinado 40% para ministério da educação e 60% para escola. Serve para investimento na manutenção para manter a escola e as funções necessários para o funcionamento dela.

Os encarregados de educação pagam as propinas dos alunos do 3º ciclo do ensino básico, mas o diretor deve fazer a contabilidade dos números dos alunos inscritos e tirar 40% para o Ministério da Educação e ficar com 60%, sustenta (Morgado, 2020, p.130).

Mas o que acontece como nos mostrou o Morgado, (2020 p. 235) na sua tese, na fala do entrevistado, o diretor afirma que. - “Os 60% que ficam nas escolas são usados como benefício para os diretores e os que influenciaram as suas nomeações”.

Este fato traz à tona a possibilidade de nomeações dos diretores por partidos políticos, também pode ser entendida como possibilidade de caça ao lucro. Para Insigüé (2021, p. 33) “em vez de trabalhar para o bem do povo, ou seja, da sociedade em geral, porém, trabalham para seus interesses pessoais e esquecem o bem coletivo”. Lembrando que são cobradas propinas e matrículas e, em todos os relatos acima mencionam a mau uso de recursos financeiros pelos/as diretores nomeados que afirmaram também ser nomeados pelo partido.

4. Considerações finais

Como a problemática do estudo é o que as nomeações dos gestores por militância partidário pode influenciar para a conquista de educação de qualidade na Guiné-Bissau? E, se é certo indicar ou nomear diretores ou gestores escolar sem importar de qualidade de formação e desempenho deles, e sim da militância do partido?

Sendo um fenómeno ao longo dos anos e que nasceu com a organização social do partido muito antes da independência e construção do novo Estado guineense, a tendência é se as devidas precauções não forem tomadas, esta situação pode continuar até tornas insuportável.

As respostas vêm de acordo as reflexões feita, chegou à percepção que possivelmente algumas pessoas nomeadas como diretor/a pôr militância não estão comprometidas com o desenvolvimento da educação e de ensino, pois, de acordo com a notícias, algumas escolas precisam de reforma e tem demandas não atendidas e ainda, tem fundo para tal, mas os/as diretores/as não as fazem simplesmente, ainda alguns contam que foi o partido que o/a nomeou.

Acredita-se que se for um diretor/a concursado/a, vai ter mais consideração pela instituição, em vez de sucateá-la, vai melhorá-la. Outra questão é de acordo com os relatos dos movimentos, acontecem abusos de poder por parte de diretor, onde um dos diretores das escolas despediu de um professor e processou-o sem razão. Isso acabou afetando o professor com perda de salário. No meio dessa realidade, é possível que não exista clima saudável para boa condição de trabalho nessas escolas.

Se é certo indicar ou nomear diretores/gestores escolar sem importar de qualidade de formação e do desempenho, e sim da militância do partido? De acordo as informações recolhidas, o próprio histórico de falta de qualidade na educação a poucos anos atras dificultou muito o desenvolvimento da educação no país. Este fenómeno infelizmente ainda é uma realidade. No entanto, hoje não tem essa falta gritante de profissionais para organizar e desenvolver a educação, o que falta mesmo é a organização de Estado em relação a gestão da educação e não só.

O envolvimento da comissão de secretaria de estado de segurança na resolução de manifestação dos estudantes sobre nomeação de diretor no liceu de Mansoa mostra esta falta. Acredita-se que certo mesmo é o Estado organizar a

educação)–Centro de Educação e Humanidades, Universidade Estadual de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MORGADO, N. et al. **A direção e gestão de escolas públicas e privadas na Guiné-Bissau: perspectivas e práticas dos diretores**. 2019. Tese de Doutorado. Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Educação de Lisboa. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. Cortez editora, 2017.

WOOD, Ellen Meiksins. Capitalismo e democracia. **En publicação: A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas Boron, AA**, 2007. Disponível em: (https://scholar.google.pt/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=definição+da+democracia&btnG=). Acesso em: 12 ago. 2024.

Guiné-Bissau. **Decreto-Lei nº 006/GM/MENESIC/2024 de 18 de Janeiro de 2024**. Reunião do conselho de ministros publicação e promulgação do despacho de exoneração e nomeação de diretores escolar.

VOZ DE POVO, Rádio Online. Facebook disponível em: <https://www.facebook.com/share/v/2GmNpR6z9bkCb94F/?mibextid=oFDknk> acesso em: 13 ago. 2024.

DA SILVA, Airton Marques. Metodologia da Pesquisa. **Fortaleza: EDUECE**, 2015. Disponível em: [Metodologia Da Pesquisa : Airton Marques da Silva : Free Download, Borrow, and Streaming : Internet Archive](#), acesso em: 13 ago. 2024

UANGNA, Elia Maria Leandro et al. **Guiné-Bissau: uma análise do sistema de gestão na escola pública**. 2023. Disponível em: [2023EliaMariaLeandroUangna.pdf \(upf.br\)](#), acesso em: 12 ago. 2024.